

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

INTRODUÇÃO AO DIREITO - 1º ANO

MINI-TESTE - ABRIL de 2009

Responda às seguintes questões indicando, sendo caso disso, os artigos da lei que considere aplicáveis.

I - 5 valores

1-O Ministro da Economia envia para publicação uma Portaria pela qual é alterada a delimitação dos sectores de produção de forma a vedar à iniciativa privada a exploração de recursos naturais

2-A Assembleia da República aprova decreto com vista a ser alterada a lei de bases da Segurança Social

3-O Governo aprovou em Conselho de Ministros uma alteração ao Código do IVA, ao abrigo de autorização concedida pela Assembleia da República

Aprecie a actuação descrita indicando os principais normativos constitucionais aplicáveis bem como a validade dos actos referidos.

II - 2 valores

Diga qual o ramo ou ramos do Direito que podem dar soluções para as seguintes questões:

1) Alguém afirma que Luís é obrigado a pagar uma pensão de alimentos aos seus Filhos mesmo após estes atingirem dezoito anos de idade.

2) Ricardo deseja constituir uma sociedade comercial relativamente à qual, como sócio, não assuma responsabilidade pelas dívidas.

3) Bento tem, dúvidas sobre se a actuação da sua empresa pode ser considerada prática de crime de especulação.

4) O Presidente da República pretende saber se tem direito a assistir às reuniões do Conselho de Ministros.

III - 3 valores

1) Francisco em 2006 praticou uma conduta punível com pena de prisão até 1 ano ou multa até 180 dias. O julgamento está marcado para 2009, quando a mesma conduta passou a ser considerada contra-ordenação punível com coima de €200,00 a € 5000,00, por alteração legislativa ocorrida em 2008. Em que termos deverá ser julgada e punida e sua actuação?

2) Tendo sido publicado em Fevereiro de 2009 um Decreto-Lei do Governo que aumenta a bonificação das taxas de juros dos empréstimos para habitação, na falta de disposição da lei, Isabel será beneficiada com este regime pelo empréstimo celebrado anteriormente?

3) Em 2009 uma nova regulamentação do Código de trabalho veio estabelecer que os profissionais de serviços de medicina de trabalho deverão obter uma credencial emitida pelo Ministério do Trabalho com vista a poderem exercer a sua actividade. Na ausência de previsão legal, a credencial deverá ser obtida por todos os médicos de medicina de trabalho?

IV - 5 valores

Pedro foi julgado em 2008, por certa conduta praticada em 2006. O Tribunal aplicou a Pedro a pena disciplinar de demissão da função pública ao abrigo da Lei K. A Lei K revogara a Lei F que previa, para a conduta de Pedro a pena máxima de um ano de multa. Antes da decisão judicial tinha sido declarada a inconstitucionalidade com força obrigatória geral da Lei K.

a) Que órgão terá decretado a inconstitucionalidade com força obrigatória geral da Lei K?

b) Quem pode ter solicitado a declaração da inconstitucionalidade com força obrigatória geral da Lei K e quais os efeitos de tal declaração?

c) Face à decisão do Tribunal o que pode fazer Pedro?

V - 5 valores

A Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro de 2006 aprovou o Novo Regime do Arrendamento Urbano estabelecendo:

Artigo 2º

Alteração ao Código Civil

1 - São revogados os artigos 655º e 1029º do Código Civil.

.....

Artigo 65º

Entrada em vigor

1 - Os artigos 63º e 64º entram em vigor no dia seguinte ao da publicação da presente lei.

2 - As restantes disposições entram em vigor 120 dias após a sua publicação.

Aprovada em 21 de Dezembro de 2005.

O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Promulgada em 10 de Fevereiro de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 13 de Fevereiro de 2006.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

- 1) Que tipo de revogação se opera pelo artigo 2º?
- 2) A não existir o seu artigo 65 em que data entraria em vigor a Lei?
- 3) Qual o significado das expressões sublinhadas?